



## TEMPOS DE RESISTÊNCIA!


A pandemia segue sem controle com o Brasil batendo recordes diários de casos e mortes. Ultrapassamos 11 milhões de pessoas contaminadas e caminhamos a passos largos para mais de 300 mil mortes. O sistema de saúde está em colapso ou funcionando em uma zona crítica em todas as 27 Unidades da Federação.


A situação é pior do que no auge, em maio do ano passado, mas as medidas são ainda mais tímidas. A vacinação, por sua vez é lenta, ao ponto de ser ofensiva. Eduardo Pazuello deixa o Ministério da Saúde com uma avaliação de incompetência e ações negacionistas desde que chegou ao cargo, quem assume é o médico Marcelo Quiroga, que atuou como membro da equipe de transição de Bolsonaro, pós-eleição de 2018. Enquanto isso, um grupo de líderes evangélicos viajou até Brasília para dar “apoio espiritual” a Bolsonaro. Mais uma das consequências do discurso de Lula da semana passada.

O Congresso Nacional aproveitou a necessidade do auxílio emergencial para prejudicar os servidores públicos. A PEC 186/2019 (PEC Emergencial) foi aprovada na semana passada. O valor do auxílio é irrisório, por poucos meses e para um contingente bem menor de pessoas. Em contrapartida, estão proibidos os concursos, promoções e o salário do funcionalismo público foi congelado por 15 anos. A cereja do bolo: também teve retirada de recursos da educação.

E como sempre pode piorar, presidências de comissões importantes para a vida e os direitos das mulheres serão comandadas parlamentares que não defendem esses direitos. Por ironia, temos mulheres entre esses. Um triste exemplo é Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que ficou sob a presidência da deputada Bia Kicis (PSL/DF). A boa notícia é que o nome de Carla Zambelli para a Comissão da Mulher não vingou e quem assumiu foi Elcione Barbalho (MDB/PA).

E essa semana, se preparem: muitos projetos relacionados à violência contra as mulheres podem entrar na pauta em regime de urgência na Câmara. Alguns deles são problemáticos. Já tivemos uma lista significativa de propostas aprovadas no Senado na semana passada, como vocês verão a seguir.

Para marcar o Dia Internacional de Luta das Mulheres o Cfemea publicou o texto [Salve o 8 de Março: dia de resistência, fúria e luta feminista](#) e o SOS Corpo, na Coluna Baderna Feminista do Outras Palavras, o artigo [Um 8M de lutas feministas e populares](#). 

No dia 14 de março completaram três anos do assassinato de Marielle e Anderson. Um crime que continua sem resposta sobre quem matou e quem mandou matar. O Instituto Marielle Franco está com a campanha [Março por Marielle e Anderson - Três anos sem respostas](#). Um mês inteiro de ações por justiça. 

## PROPOSTAS APROVADAS

### NO CONGRESSO NACIONAL

#### Direitos iguais para líder e vice-líder da bancada feminina

O [PRS 6/2021](#), de autoria da Senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA) e mais 10 senadoras, altera o Regimento Interno do Senado para dispor sobre a indicação de líder e vice-líderes da bancada feminina. O texto final é o do [parecer](#) da relatora, a senadora Rose de Freitas (MDB-ES), com emendas. A matéria vai à sanção presidencial.

#### Crime de perseguição passa a ser crime

A senadora Leila Barros (PSB/DF) aprovou seu projeto sobre o crime de perseguição obsessiva, o [PL 1369/2019](#). O encaminhamento do [parecer](#) do relator, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), foi pela aprovação do Substitutivo da Câmara, com emendas. A matéria vai à sanção presidencial.

# PROPOSTAS APROVADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Mais Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e funcionamento ininterrupto

O [PL 781/2020](#), de autoria do senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher teve parecer favorável à aprovação, com emendas, pelo relator senador Fabiano Contarato (REDE/ES). A matéria será discutida na Câmara.

### Dia Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica e Familiar

O [PL 2706/2019](#), de autoria da senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), institui o Dia Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica e Familiar. O parecer da relatora, senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), foi pela aprovação do projeto. A matéria será discutida na Câmara.

### Mudança de domicílio à servidora pública vítima de violência

O [PL 3475/2019](#), de autoria do senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), insere hipótese de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. O parecer do relator, senador Weverton (PDT/MA), foi pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. A matéria será discutida na Câmara.

Incentivar a participação feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, é a proposta do [PL 398/2018](#), aprovado no Senado. O PL é de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e agora será discutido na Câmara.

Foi instituída a Frente Parlamentar Mista Antirracismo no Congresso! O [PRS 17/2021](#), de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), teve aprovado o parecer do relator, senador Paulo Rocha (PT/PA). A Frente será composta por representantes do Senado e da Câmara. A matéria vai à promulgação.

## PROPOSTAS QUE TRAMITARAM

Com as eleições das presidências das Comissões Permanentes da Câmara e Senado e a consequente recomposição de parte de seus integrantes, várias proposições tiveram algum andamento.

Os motivos são vários, algumas propostas foram devolvidas a seus relatores ou relatoras para nova análise pelo fato de novas proposições terem sido apensadas a elas ([PL 7163/2014](#) (5), [PL 6022/2013](#) (9), [PL 2993/2020](#) e [PL 1977/2020](#)); estão aguardando novamente a definição de relatoria, pelo relator ou relatora designado ter deixado de pertencer à comissão ([PL 6567/2013](#) (28), [PL 5146/2001](#) (04), [PL 2973/2015](#) e [PL 8032/2014](#)); foram devolvidas pelo relator sem manifestação ([PL 6820/2010](#) (7) e [PL 7559/2014](#)); ou por terem sido apensadas ([PL 5569/2020](#) ao [PL 3563/2008](#) (11)).

### Relatório Setorial da “Área Temática XVI – Mulher, Família e Direitos Humanos do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021

O deputado Fábio Henrique (PDT/SE), apresentou o Relatório Setorial [RAT 16/2021](#) da “Área Temática XVI – Mulher, Família e Direitos Humanos do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 ([PLN 28/2020](#)). O Relatório é pela aprovação do Projeto de Lei n. 28, de 2020 – CN, na parte referente aos órgãos da Área Temática 16 – Mulheres, Família e Direitos Humanos, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste Parecer.

## EM PAUTA NA SEMANA

Ocupada com a pauta da PEC emergencial, a Câmara não discutiu os projetos que estão com urgência aprovada ou os pedidos para incluir outros na lista dos urgentes. Como é mês de março, tem bastante projeto do nosso interesse, a maior parte sobre enfrentamento à violência contra as mulheres. Há uma preocupação do Consórcio da Lei Maria da Penha com o aumento da repressão e do sistema punitivo e pouca prevenção aos feminicídios.

Teremos também a continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 1.010-A, de 2020, que isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias.

### Projetos com requerimento de urgência aprovados:

- [PL 1267/2020](#), de Talíria Petrone (PSOL/RJ) e outras, com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180 enquanto durar a pandemia do covid-19.
- [PL 2442/2020](#), de Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e outras, trata dos pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e dá outras providências.
- [PL 5096/2020](#), de Lídice da Mata (PSB/BA) e outras, trata das audiências de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual. Com ele, estão vários projetos inspirados no caso Mariana Ferrer.

# EM PAUTA NA SEMANA

## Projetos com requerimento de urgência pendentes:

- PL 6298/2019, de Elcione Barbalho (MDB/PA), altera a Lei Maria da Penha para incluir a aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida).
- PL 517/2019, tramita com oito projetos apensados, todos sobre Femicídio. A principal propõe aumento de penas de acordo com a idade das vítimas.
- PL 741/2021, de Margarete Coelho (PP/PI) e Soraya Santos (PL/RJ), altera várias leis para incluir medidas de combate à violência contra a mulher e cria o Programa de Cooperação “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”.
- PL 321/2021, de Rosângela Gomes (REPUBLIC/RJ), é aquele que quer garantir à mulher igualdade nos valores das premiações relativas às competições desportivas realizadas em todo o Brasil. Ele está apensado ao 255/2020.
- PL 976/2019, de Flávia Morais (PDT/GO), determina que conste nos sistemas de registro de informações das polícias civil e militar a concessão de medidas protetivas da Lei Maria da Penha.
- PL 1943/2019, de Rosa Neide (PT/MT), altera a CLT para incluir campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres, bem como estabelece mecanismos educativos e informativos.
- PL 5465/2020, de Iracema Portella (PP/PI), institui Política Nacional de Formação de Docentes da educação básica para as tecnologias da informação e comunicação.
- PL 598/2019, que veio do Senado, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Aumentam as perseguições a ativistas feministas e de direitos humanos

O deputado Diego Garcia (PODE/PR) apresentou requerimentos ao Ministro da Saúde ([RIC 242/2021](#)), Ministro da Educação ([RIC 241/2021](#)) e Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ([RIC 243/2021](#)), solicitando informações concernentes ao recebimento de verbas públicas pela Débora Diniz Rodrigues ou pelo Instituto de Bioética Anis.

## Propostas incluem o tema da violência contra as mulheres na LDB, CLT e Código Penal

A deputada Professora Rosa Neide (PT/MT) apresentou três projetos de lei no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres: [PL 769/2021](#), altera a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema da violência contra as mulheres; [PL 770/2021](#), inclui alínea na Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer a demissão por justa causa em casos de prática de atos de violência contra a mulher; e [PL 771/2021](#), inclui alínea no Código Penal para acrescentar a perda de cargo, emprego ou função pública como resultado da condenação por violência contra as mulheres.

### Aumento da pena para aquele que descumprir medida protetiva

[PL 782/2021](#), de autoria da deputada Lauriete (PSC/ES), altera a Lei Maria da Penha para alterar a pena relativa ao descumprimento de medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha, bem como para disponibilizar à população a imagem dos infratores.

### Medidas de proteção às mulheres para serem adotadas em bares e restaurantes

[PL 794/2021](#), de autoria do deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE), estabelece medidas a serem adotadas por bares, restaurantes, casas de eventos e estabelecimentos similares, para a proteção e auxílio das mulheres que se sintam em situação de risco.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Matar alegando defesa da honra nunca mais!

PL 781/2021, de autoria da deputada Renata Abreu (PODE/SP), altera o Código Penal estabelecendo que não se considera em legítima defesa o ato praticado com a suposta finalidade de defesa da honra ou da imagem do autor do crime ou de terceiros, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal proibiu por unanimidade o uso desse argumento em casos de feminicídio.

## Aumento de pena para violência doméstica praticada na presença de ascendente ou descendente

PL 801/2021, de autoria da deputada Edna Henrique (PSDB/PB), cria uma causa de aumento de pena para o crime de violência doméstica praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

## Mais um programa para enfrentar a violência

A deputada Rosângela Gomes (REPUBLIC/RJ) apresentou três propostas: PL 854/2021, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a Pessoa Idosa na Primeira Infância; PL 855/2021, que dispõe sobre as penalidades administrativas aplicáveis em razão de atos de discriminação ou ofensivos contra a mulher praticados em eventos esportivos; e PL 856/2021, que assegura as mulheres o direito do pagamento de meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, no dia 08 de março.

### Proposta cria Observatório da Violência Política

PRC 20/2021, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política no âmbito da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

### MEI – Mulher

PLP 29/2021, de autoria do deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), cria o MEI-Mulher Empreendedora.



# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Proposta sugere serviço de notificação para situações de importunação sexual em transporte público

- INC 337/2021, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), sugere ao Ministro-Chefe da Casa Civil que promova as devidas articulações com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para garantir que priorize a disponibilização para as mulheres de um serviço de notificação e informação específico para situações de importunação sexual em transportes públicos.
- REQ 427/2021, de autoria da deputada Soraya Santos (PL/RJ), requer urgência na tramitação do PL 741/2021, que dispõe sobre medidas de combate à violência contra a mulher, e cria o Programa de Cooperação “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”.
- RIC 247/2021, de autoria da deputada Lídice da Mata (PSB/BA), solicita informações ao Ministério da Economia sobre o impacto orçamentário-financeiro de dois Projetos de Lei que visam conceder incentivo fiscal no âmbito do IRPJ às empresas que admitirem, em seus quadros de funcionários, mulheres vítimas de violência doméstica financeiramente dependentes e/ou mulheres de baixa renda chefes de família
- REQ 430/2021, de autoria do deputado Bohn Gass (PT/RS), requer a apensação do PL 769/2021, de autoria da deputada Professora Rosa Neide (PT/MT), que altera a LDB para tratar da violência contra as mulheres ao PL 598/2019, de autoria do senado, que inclui conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

### Cotas para mulheres em conselhos de empresas

PL 785/2021, de autoria da deputada Tábata Amaral (PDT/SP), dispõe sobre a criação de cotas obrigatórias de participação de mulheres em conselhos de administração de companhias abertas, de empresas estatais e de sociedades de economia mista e dá outras providências.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Apoios para crianças e adolescentes em situação de violência

- PL 812/2021, de autoria do deputado Mário Heringer (PDT/MG), esta Lei altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 para incluir os termos abuso, violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, **determinar que profissionais do ensino médio denunciem casos de abuso, violência e exploração sexual, e assegurar a execução orçamentária obrigatória aos conselhos tutelares, e dá outras providências.**
- PL 846/2021, de autoria do deputado Roberto Alves (REPUBLIC/SP), altera a lei que disciplina o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência a fim de estabelecer a possibilidade de concessão de incentivo pecuniário ao comunicante.
- PL 876/2021, de autoria da deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para dispor sobre a instituição do Programa Criança Feliz.

### Incentivo para as meninas e mulheres na ciência

- PL 788/2021, de autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP), institui o Prêmio Meninas na Ciência para o Desenvolvimento do Brasil (Prêmio Meninas na Ciência)
- PL 840/2021, de autoria do Senado Federal, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei que “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo”, para dispor sobre estímulo à participação feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática, química, física e tecnologia da informação e mitigação de barreiras contra mulheres nessas áreas, bem como para prorrogar o prazo máximo para conclusão de cursos e programas de educação superior nos casos de maternidade e de adoção.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Não discriminação e distribuição igualitária do trabalho entre mulheres e homens

PL 792/2021, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), altera a legislação para promover o direito à não discriminação da mulher trabalhadora em razão da maternidade e propiciar a distribuição igualitária do trabalho não remunerado entre mulheres e homens. E PL 852/2021, de autoria da deputada Jéssica Sales (MDB/AC), dispõe sobre o acréscimo, na Consolidação das Leis, de mecanismos legais para o combate à discriminação salarial por sexo ou raça.

## Auxílio em dobro para mulheres chefe de família

PL 793/2021, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), dispõe sobre a concessão em dobro as mulheres chefes de família ou mães solteiras do auxílio emergencial ou outro programa de transferência de renda do Governo Federal destinado enfrentar a pandemia da COVID-19 e dá outras providências.

## Mais um projeto pra sustar o grupo de trabalho sobre a PNDH

PDL 112/2021, de autoria do senador Humberto Costa (PT/PE), susta os efeitos da Portaria nº 457, de 10 de fevereiro de 2021, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Gabinete da Ministra que “Institui Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex Ante da Política Nacional de Direitos Humanos”.

## Propostas discutem a violência política contra mulheres e contra as mulheres negras

REQ 399/2021, de autoria da deputada Áurea Carolina (PSOL/MG), requer a adição de coautoria ao PL 5295/2020, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), que cria mecanismos de enfrentamento ao assédio e à violência política contra mulheres candidatas e no exercício da vida política; e REQ 1/2021, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), requer a realização de audiência pública para debater a Violência Política contra mulheres negras.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Deputada apresenta seis requerimentos de urgência

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) apresentou vários requerimentos de regime de urgência:

- [REQ 442/2021](#), para a apreciação do [PL 321/2021](#) que garante à mulher igualdade nos valores das premiações relativas às competições desportivas;
- [REQ 441/2021](#), para a apreciação do [PL 517/2019](#) que modifica a cláusula de aumento de pena para o crime de feminicídio;
- [REQ 443/2021](#), para a apreciação do [PL 976/2019](#) que determina que conste nos sistemas de registro de informações das polícias civil e militar a concessão de medidas protetivas da Lei Maria da Penha;
- [REQ 444/2021](#), para a apreciação do [PL 1943/2019](#) que altera a CLT para dispor sobre campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres;
- [REQ 445/2021](#), para a apreciação do [PL 5465/2020](#) que institui a Política Nacional de Formação de Docentes da educação básica para as tecnologias da informação e comunicação (PDTIC);
- e [REQ 446/2021](#), para a apreciação do [PL 598/2019](#) que altera a LDB para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

### E a saga armamentista continua

[PL 864/2021](#), de autoria do deputado Capitão Fábio Abreu (PL/PI), dá nova redação ao Estatuto do Desarmamento para autorizar o porte de arma a todos os guardas municipais, e agentes de trânsito, em serviço ou fora dele, e independentemente do censo demográfico do ente federativo.

[Confira aqui como ficou a distribuição dos cargos nas Comissões Permanentes da Câmara!](#) 

# VALE A PENA CONFERIR!



## Intervozes

[Vozes Silenciadas | A cobertura da mídia tradicional sobre direitos sexuais e reprodutivos](#)



## Instituto Marielle Franco

[Dossiê Caso Marielle e Anderson – 3 anos sem Justiça](#)



## AMB

[Manifesto 8 de março da Articulação de Mulheres Brasileiras](#)



## 8 de março unificado do DF e Entorno

[Live sobre "Os Impactos da crise econômica na vida das mulheres negras"](#)



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).